RESOLUÇÃO CEDCA/MG Nº01, DE 05 DE JULHO DE 2023
Dispõe sobre a inscrição dos programas de atendimento de internação e semiliberdade no Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente de Minas Gerais.

O Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente de Minas Gerais-CEDCA/MG, em consonância com o art. 227 da Constituição da República Federativa do Brasil e no exercício de suas atribuições legais e regimentais previstas na Lei Federal nº 8.069-Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), de 13 de julho de 1990, Lei Federal nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012-Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase), Lei Estadual nº10.501, de 17 de outubro de 1991 e Resolução nº 034, de 20 de maio de 2011 do CEDCA, CONSIDERANDO a competência do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente de Minas Gerais para as funções deliberativas e de controle do Sistema Estadual de Atendimento Socioeducativo, nos termos previstos no inciso II do art. 88 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente) e de realizar a inscrição dos programas de atendimento para as medidas socioeducativas de internação e semiliberdade no estado de Minas Gerais;

CONSIDERANDO que a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 estabelece a prioridade absoluta na garantia dos direitos da criança e do adolescente e o princípio da convivência familiar e comunitária (art. 227), bem como a dignidade da pessoa humana (art. 1º, III) e a não submissão à tortura ou tratamento desumano e degradante (art. 5º, III);

CONSIDERANDO os princípios constitucionais da brevidade, excepcionalidade e respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento, quando da aplicação de qualquer medida privativa da liberdade a adolescente, previstos no § 3º, inciso V do art. 227 da Constituição da República Federativa do Brasil;

CONSIDERANDO a Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente, em especial o disposto nos arts.120 a 125, que tratam das medidas socioeducativas de semiliberdade e internação aplicáveis a adolescente a quem se atribua a prática de ato infracional;

CONSIDERANDO, ainda, em relação ao Estatuto da Criança e do Adolescente, o disposto no art. 90, §§ 1º e 3º, que dispõem sobre a inscrição obrigatória dos programas de atendimento no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e sua reavaliação, no máximo, a cada 2 anos, com critérios que devem ser adotados também pelos conselhos estaduais;

CONSIDERANDO o art. 4º, inciso IV e § 3º da Lei Federal nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012-Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase), que atribuem aos estados a obrigação de criar, desenvolver e manter programas para a execução das medidas socioeducativas de semiliberdade e internação;

CONSIDERANDO, do mesmo modo, as demais disposições da Lei Federal nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012-Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase), especialmente:

- 1) Art. 1º, §§ 2º, 3º, 4º e 5º, que dispõem sobre os objetivos das medidas socioeducativas e sobre a distinção entre programas, unidades e entidades de atendimento;
- 2) Arts. 9º, 11 e 15, que dispõem sobre a obrigação dos Estados e do Distrito Federal de inscreverem seus programas de atendimento socioeducativo e alterações no Conselho Estadual ou Distrital dos Direitos da Criança e do Adolescente e tratam sobre os requisitos obrigatórios e específicos para a inscrição do programa;
- 3) Art. 35, que dispõe sobre os princípios que regem a execução das medidas socioeducativas;
- 4) Art. 49, que dispõe sobre os direitos do adolescente submetido ao cumprimento de medida socioeducativa, sem prejuízo de outros previstos em lei;
- 5) Arts. 52 a 59, que dispõem sobre o Plano Individual de Atendimento (PIA), instrumento de previsão, registro e gestão das atividades a serem desenvolvidas com o adolescente;
- 6) Arts. 60 a 66, que dispõem sobre a atenção integral à saúde do adolescente no Sistema de Atendimento Socioeducativo e estabeleça as diretrizes para tanto;
- 7) Arts. 67 a 70, que dispõem sobre as visitas a adolescentes privados de liberdade, inclusive o direito à visita íntima;
- 8) Arts. 71 a 75, que dispõem sobre a previsão de regime disciplinar nos regimentos das entidades de atendimento;
- 9) Arts. 76 a 80, que dispõem sobre a capacitação para o trabalho;
- 10) Art. 81, que confere o prazo de até 6 (seis) meses, após a publicação da Lei do Sinase, para que as entidades que mantenham programas de atendimento encaminhem ao respectivo Conselho Estadual ou Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente proposta de adequação da sua inscrição, sob pena de interdição.

CONSIDERANDO a Resolução nº 119, de 11 de dezembro de 2006, do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA), que dispõe sobre o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase), reconhecida como o principal referencial disponível sobre parâmetros pedagógicos, arquitetônicos e de recursos humanos para os programas de atendimento socioeducativo;

CONSIDERANDO a decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal (STF) no dia 25 de agosto de 2020, no julgamento do Habeas Corpus nº 143.988, determinando que as unidades de execução de medida socioeducativa de internação de adolescentes não ultrapassem a capacidade projetada de internação prevista para cada unidade;

CONSIDERANDO a Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança, de 20 de novembro de 1989; as Regras da Organização das Nações Unidas para Administração da Justiça Juvenil (Regras de Beijing), de 29 de Novembro de 1989; os Princípios Orientadores da Organização das Nações Unidas para Prevenção da Delinquência Juvenil (Princípios de Riad), de 14 de dezembro de 1990 e as Regras da Organização das Nações Unidas para Proteção de Jovens Privados de Liberdade (Regras de Havana), de 14 de dezembro de 1990;

CONSIDERANDO a convenção Internacional de Todas as Formas de Discriminação Racial, promulgada pelo Decreto nº 65.810, de 08 de dezembro de 1969, especialmente no tocante à obrigação dos Estados Partes de proibir e eliminar a discriminação racial em todas as suas formas, e garantir o direito de cada um à igualdade perante a lei sem distinção de raça, de cor ou de origem nacional ou étnica e o direito a um tratamento igual perante aos tribunais ou qualquer outro órgão que administre a justiça (art. V, a);

RESOLVE:

CAPÍTULO I - DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art.1º Os programas de atendimento de internação e semiliberdade existentes no estado de Minas Gerais, e suas alterações, serão inscritos no Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente de Minas Gerais-CEDCA/MG.

Parágrafo único.A extinção do programa de atendimento deve ser comunicada ao CEDCA-MG.

Art.2ºA inscrição será feita pela entidade de atendimento responsável pelo programa, observados os requisitos obrigatórios da Lei Federal nº 12.594/12 – Sinase e na forma desta Resolução.

§ 1º Para fins desta resolução e de forma complementar à Lei Federal nº 12.594/12 – Sinase, entendem-se por programa de atendimento o referencial para a organização e o funcionamento das condições necessárias para a execução das medidas socioeducativas de internação e semiliberdade, a partir dos parâmetros obrigatórios e específicos definidos pela Lei.

§ 2º Entende-se por unidade a base física necessária para a organização e o funcionamento de programa de atendimento.

§ 3º Entendem-se por entidade de atendimento a pessoa jurídica de direito público ou privado que instala e mantém a unidade e os recursos humanos e materiais necessários ao desenvolvimento de programas de atendimento.

§ 4º O conceito de entidade de atendimento engloba, para fins desta Resolução, o órgão gestor da política estadual de atendimento socioeducativo responsável pelos programas de atendimento.

CAPÍTULO II - DO REQUERIMENTO DE INSCRIÇÃO

Seção I - Da documentação obrigatória

Art.3º. A entidade de atendimento deverá anexar ao requerimento de inscrição os documentos estabelecidos neste artigo, sob pena de não admissão do pedido:

I – Para entidades governamentais:

- 1.Requerimento de inscrição em formulário disponibilizado pelo CEDCA/MG, assinado pelo representante legal da entidade de atendimento(Anexos I, II e III);
- 2.Ato de nomeação do dirigente legal da entidade de atendimento;
- 3.Comprovante de inscrição regular no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ da entidade de atendimento ou do órgão a que está vinculada;
- 4.Cópias do documento de identidade, Cadastro de Pessoas Físicas – CPF e comprovante de residência atualizado do dirigente;

5.Indicação da norma que dispõe sobre a competência do órgão para a execução dos programas de internação e semiliberdade;

6.Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros – AVCB ou documento equivalente emitido pelo Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais –CBMMG para cada unidade socioeducativa;

7.Alvarás de localização, funcionamento e de autorização sanitária de cada unidade socioeducativa, de acordo com a legislação municipal do endereço de atividade.

II – Entidades não governamentais:

1.Requerimento de inscrição em formulário disponibilizado pelo CEDCA/MG, assinado pelo representante legal da entidade de atendimento (Anexos I, II e III);

2.Comprovante de inscrição regular no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ da entidade;

3.Cópias do documento de identidade, Cadastro de Pessoas Físicas –CPF e comprovante de residência atualizado do representante legal da entidade;

4.Procuração por instrumento público ou particular com firma reconhecida, no caso de outorga de poderes pelo representante legal, acompanhada de documento de identidade e Cadastro de Pessoas Físicas - CPF do(s) respectivo(s) procurador (es);

5.Cópia do estatuto ou contrato social, em conformidade com a Lei Federal nº 13.019/14, incluindo cláusulas com objetivos voltados à promoção dos direitos das crianças e dos adolescentes;

6.Comprovação da representação legal da entidade em ata de eleição e posse devidamente registrada;

7.Cópia do registro da entidade e da inscrição do programa no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, por município de funcionamento das unidades socioeducativas;

8.Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros – AVCB ou documento equivalente emitido pelo Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais –CBMMG para cada unidade socioeducativa;

9.Alvarás de localização, funcionamento e de autorização sanitária para cada unidade socioeducativa, de acordo com a legislação municipal do endereço de atividade.

Art. 4º A entidade se compromete com a veracidade e autenticidade de todas as informações prestadas, sob pena de medidas previstas na legislação, caso seja constatada a falsidade das informações ou dos documentos apresentados.

CAPÍTULO III - DOS PROGRAMAS DE ATENDIMENTO

Seção I - Dos requisitos para a inscrição dos programas de internação e semiliberdade

Art.5º Além do estabelecido no art. 3º, são requisitos obrigatórios para a inscrição de programa de atendimento:

I - A exposição das linhas gerais dos métodos e técnicas pedagógicas, com a especificação das atividades de natureza coletiva;

II - A indicação da estrutura física e material, dos recursos humanos e das estratégias de segurança compatíveis com as necessidades da respectiva unidade;

III - Regimento interno que regule o funcionamento da entidade, no qual deverá constar, no mínimo:

a) O detalhamento das atribuições e responsabilidades do dirigente, de seus prepostos, dos membros da equipe técnica e dos demais educadores, sendo proibida a sobreposição dessas atribuições na entidade de atendimento;

b) A previsão das condições do exercício da disciplina e o respectivo procedimento de aplicação;

c) A previsão da concessão de benefícios extraordinários e de enaltecimento, tendo em vista tornar público o reconhecimento ao adolescente pelo esforço realizado na consecução dos objetivos do plano individual;

d) Determinar com precisão e fazer constar no regimento interno quando e como acionar a segurança externa para agir internamente;

e) Constar as medidas de contenção e segurança adotadas pela entidade de atendimento, devendo os profissionais serem preparados para o seu cumprimento com efetividade;

IV - Indicação da política de formação dos recursos humanos;

V - O modelo de gestão das vagas do sistema socioeducativo, assegurando que o número de internados não exceda a capacidade de ocupação dos estabelecimentos;

VI - A previsão das ações de acompanhamento do adolescente após o cumprimento de medida socioeducativa;

VII - A indicação da equipe técnica, cuja quantidade e formação devem estar em conformidade com o atendimento socioeducativo a ser realizado;

VIII - A adesão ao Sistema de Informações sobre o Atendimento Socioeducativo ou equivalente, bem como sua operação efetiva;

IX - A indicação do modo como serão asseguradas as ofertas de equipamentos, materiais pedagógicos, manutenção predial e dos veículos das unidades socioeducativas;

X - A previsão do método de avaliação e acompanhamento da gestão do atendimento socioeducativo prestado;

XI - O Projeto Pedagógico, como documento próprio, ordenador de ações e gestão do atendimento socioeducativo.

§ 1º O Projeto Pedagógico deve conter, de forma clara e em consonância com os princípios do Sinase e características do programa apresentado, os seus objetivos gerais e específicos, previsão de revisão, o público-alvo, a capacidade da unidade, os fundamentos teórico-metodológicos, o planejamento de ações, de atividades, os recursos humanos e financeiros, as questões regionais da unidade, a forma de monitoramento e avaliação dos resultados, o organograma, o fluxograma, o regimento interno, o regulamento disciplinar, onde se incluem procedimentos que dizem respeito à atuação dos profissionais junto aos adolescentes, reuniões das equipes, estudos de caso, elaboração e acompanhamento do Plano Individual de Atendimento.

Art. 6º. São requisitos específicos para a inscrição de programas de internação e semiliberdade:

I - Comprovação da existência de unidade com instalações físicas em condições adequadas de habitabilidade, higiene, salubridade e segurança;

II - Previsão dos requisitos para a escolha dos dirigentes das unidades;

III - Apresentação das atividades de natureza coletiva;

IV - Definição das estratégias para a gestão de conflitos, vedada previsão de isolamento cautelar, exceto nos casos previstos no § 2º do art. 49 da Lei nº12.594/2012 (Sinase).

V - A previsão de regime disciplinar nos termos da legislação vigente;

VI - Apresentação de declaração de adoção de medidas necessárias ao acesso à defesa técnica aos adolescentes em cumprimento de medida Socioeducativa restritiva ou privativa de liberdade.

Seção II - Da observância às garantias dos adolescentes privados de liberdade

Art. 7º. O programa de atendimento deverá abordar as seguintes obrigações, próprias das entidades que desenvolvem programas de internação e semiliberdade, nos termos do art. 94 do Estatuto da Criança e do Adolescente:

I - Observar os direitos e garantias de que são titulares os adolescentes;

II - Não restringir nenhum direito que não tenha sido objeto de restrição na decisão de internação ou semiliberdade;

III - Oferecer atendimento personalizado, em pequenas unidades e grupos reduzidos;

IV - Preservar a identidade e oferecer ambiente de respeito e dignidade ao adolescente;

V - Diligenciar no sentido do restabelecimento e da preservação dos vínculos familiares;

VI - Comunicar à autoridade judiciária, periodicamente, os casos em que se mostre inviável ou impossível o reatamento dos vínculos familiares;

VII - Oferecer instalações físicas em condições adequadas de habitabilidade, higiene, salubridade e segurança e os objetos necessários à higiene pessoal;

VIII - Oferecer vestuário e alimentação suficientes e adequados à faixa etária dos adolescentes atendidos;

IX - Oferecer cuidados médicos, psicológicos, odontológicos e farmacêuticos;

X - Propiciar escolarização e profissionalização;

XI - Propiciar atividades culturais, esportivas e de lazer;

XII - Propiciar assistência religiosa àqueles que desejarem, de acordo com suas crenças;

XIII - Proceder a estudo social e pessoal de cada caso;

XIV - Reavaliar periodicamente cada caso, com intervalo máximo de seis meses, dando ciência dos resultados à autoridade competente;

XV - Informar, periodicamente, o adolescente internado sobre sua situação processual;

XVI - Comunicar às autoridades competentes todos os casos de adolescentes portadores de moléstias infectocontagiosas;

XVII - Fornecer comprovante de depósito dos pertences dos adolescentes;

XVIII - Manter programas destinados ao apoio e acompanhamento de egressos;

XIX - Providenciar os documentos necessários ao exercício da cidadania àqueles que não os tiverem;

XX - Manter arquivo de anotações onde constem data e circunstâncias do atendimento, nome do adolescente, seus pais ou responsável, parentes, endereços, sexo, idade, acompanhamento da sua formação, relação de seus pertences e demais dados que possibilitem sua identificação e a individualização do atendimento.

§ 1º Para além das obrigações deste artigo, os programas devem oferecer e garantir:

I - Utilização, preferencialmente, dos recursos da comunidade voltados para as atividades culturais, esportivas e de lazer, de assistência religiosa, assistência jurídica, atendimento à família, constituição de redes de apoio, entre outras de integração e inserção social do adolescente no meio externo;

II - A responsabilização do adolescente quanto às consequências lesivas do ato infracional, sempre que possível incentivando a sua reparação;

III - Gestão das atividades a serem desenvolvidas com o adolescente mediante o Plano Individual de Atendimento (PIA);

IV - A desaprovacão da conduta infracional, efetivando as disposições da sentença com parâmetro máximo de privação de liberdade ou restrição de direitos, observados os limites previstos em lei.

V - Práticas ou medidas voltadas à justiça restaurativa;

VI - Metodologia voltada à prevenção de violência institucional;

VII - Gestão das atividades a serem desenvolvidas com o adolescente mediante o Plano Individual de Atendimento (PIA);

VIII - Políticas de pessoal quanto à qualificação, aperfeiçoamento, desenvolvimento profissional, avaliação e condições de trabalho para os operadores do sistema socioeducativo;

Art. 8º. O programa de atendimento deverá orientar a separação dos adolescentes em cumprimento de medida por critérios de idade, complexão física e gravidade da infração, oferecendo, em sua estrutura, alojamentos específicos para a proteção de adolescentes em situação de vulnerabilidade.

Subseção I - Dos Regimes Disciplinares

Art.9º Todas as entidades de atendimento socioeducativo deverão, em seus respectivos regimentos, realizar a previsão de regime disciplinar que obedeça aos seguintes princípios, nos termos do Sinase:

I - Tipificação explícita das infrações como leves, médias e graves e determinação das correspondentes sanções;

II - Proibição de sanção que implique tratamento cruel, desumano e degradante, assim como qualquer tipo de sanção coletiva;

III - Garantia da observância da proporcionalidade, sem prejuízo da aplicação da advertência, sempre que cabível, em qualquer hipótese, vedadas sanções severas para faltas leves;

IV - Avaliação obrigatória da possibilidade de realização de práticas restaurativas como alternativa à sanção disciplinar;

V - Proibição da incomunicabilidade e da restrição de visita, assim como qualquer sanção que importe prejuízo à escolarização, profissionalização e às medidas especiais de atenção à saúde;

VI - Exigência da instauração formal de processo disciplinar para a aplicação de qualquer sanção, garantidos a ampla defesa e o contraditório;

VII - Obrigatoriedade de audiência do socioeducando nos casos em que seja necessária a instauração de processo disciplinar;

VIII - Sanção de duração determinada;

IX - Enumeração das causas ou circunstâncias que eximam, atenuem ou agravem a sanção a ser imposta ao socioeducando, bem como os requisitos para a extinção dessa;

X - Enumeração explícita das garantias de defesa;

XI - Garantia de solicitação e rito de apreciação dos recursos cabíveis;

XII - Apuração da falta disciplinar por comissão composta por, no mínimo, 3 (três) integrantes, sendo 1 (um), obrigatoriamente, oriundo da equipe técnica.

Art.10. O regime disciplinar não poderá excluir a adoção de providências para fins da responsabilidade civil ou penal que advinha do ato cometido.

Art.11. Nenhum socioeducando poderá desempenhar função ou tarefa de apuração disciplinar ou aplicação de sanção nas entidades de atendimento socioeducativo.

Art.12. Não será admitida a previsão de sanção disciplinar ao socioeducando que tenha praticado a falta:

I - Por coação irresistível ou por motivo de força maior;

II - Em legítima defesa, própria ou de outrem.

CAPÍTULO IV - DAS UNIDADES SOCIOEDUCATIVAS

Seção I - Da estrutura das Unidades

Art. 13. As instalações físicas e a estrutura para atendimento socioeducativo de semiliberdade e internação devem possuir, no mínimo:

I - Condições adequadas de circulação, ventilação e iluminação.

II - Espaços adequados para a realização de refeições.

III - Espaço para atendimento técnico individual e em grupo.

IV - Condições adequadas de repouso dos adolescentes.

V - Salão para atividades coletivas, atividades culturais, esportivas e de lazer.

VI - Espaço para escolarização e profissionalização.

VII - Espaço para o setor administrativo, para o setor técnico e de segurança.

VIII - Espaço e condições adequadas para visita familiar.

Seção II - Dos parâmetros específicos para Unidades de semiliberdade

Art. 14. A instalação das Unidades de semiliberdade levarão em consideração os seguintes elementos, sem prejuízo das demais disposições desta Resolução e de forma compatível com as orientações da Resolução nº 119/2016 do CONANDA (Sinase):

I-Capacidade que atenda aos critérios de habitabilidade, salubridade, segurança e conforto, para até 20adolescentes;

II - Ser localizada em bairros comunitários, observando as estruturas de moradias residenciais;

III - Instalação em regiões com acesso à escola, segurança pública, serviço de saúde, transporte coletivo e espaços para a realização de atividades de esporte e lazer;

IV - Prever recintos para o atendimento técnico individualizado e em grupo, para coordenação técnica e administrativa, cozinha e área de serviço, quartos e banheiros em número suficientes;

V - Prever, para os casos de atendimento de ambos os sexos, quartos e banheiros separados por sexo.

CAPÍTULO V - DA AVALIAÇÃO DO PROGRAMA DE ATENDIMENTO

Seção I - Das condições de aprovação e do processo administrativo

Art. 15. Para fins desta Resolução, será indeferida a inscrição do programa de atendimento que não tratar, diretamente, sobre os regimes de internação ou semiliberdade em Minas Gerais, bem como:

I - Não atenda aos requisitos obrigatórios e específicos para a inscrição do programa de atendimento, nos termos dos artigos 3º, 5º e 6º da Resolução;

II - Oriundos de entidades de atendimento impedidas de funcionamento;

III - cujo dirigente da entidade estiver afastado administrativamente ou judicialmente para a gestão do programa de atendimento no momento da inscrição;

Art. 16. As Comissões estão obrigadas à realização de visita técnica nas áreas e unidades geridas pela entidade de atendimento.

Parágrafo único. Excepcionalmente, não sendo possível a visita direta pelo CEDCA-MG, poderão ser solicitados os relatórios de fiscalização das entidades governamentais e não-governamentais de atendimento realizados pelo Poder Judiciário, Ministério Público e demais órgãos com competência para a matéria.

Art. 17. A entidade deverá entregar os documentos previstos nesta Resolução exclusivamente em meio digital ou por outra forma de recebimento informada pelo CEDCA.

Parágrafo único. O pedido de inscrição será isento de qualquer custo.

Art. 18. Recebido o pedido de inscrição do programa de atendimento, a Secretaria Executiva, após registro no protocolo do CEDCA, remeterá o pedido à Comissão Temática de Medidas Socioeducativas para análise de admissibilidade do pedido, nos termos do art. 3º desta Resolução.

§ 1º Constatada irregularidade pela Comissão de Medidas Socioeducativas, a Secretaria Executiva promoverá a devolução do pedido e notificará a entidade para que seja ela sanada.

§ 2º Regular o processo, será ele remetido à Diretoria Executiva do CEDCA para designação de relator, dentre os Conselheiros da Comissão de Medidas Socioeducativas em razão da matéria.

§ 3º Não poderá servir como relator o Conselheiro pertencente à entidade requisitante, devendo ocorrer a redistribuição.

§ 4º Para exame e relatório do programa de atendimento, tem o relator o prazo de 30 dias para manifestação, findo o qual a Diretoria Executiva remeterá o processo para o parecer das comissões temáticas.

§ 5º As Comissões Temáticas terão o prazo de 30 dias para a conclusão do parecer fundamentado.

§ 6º A Comissão Temática de Medidas Socioeducativas terá o prazo de mais 10 dias para análise e conhecimento acerca do parecer emitido pelas demais Comissões e emissão do parecer final.

§ 7º Os pedidos de prorrogação dos prazos, devidamente justificados, serão decididos pela Diretoria Executiva do CEDCA.

Art. 19. As Comissões Temáticas, em sua análise, poderão sugerir diligências que, se aceitas pela Diretoria Executiva do CEDCA, serão por ela determinadas.

Art. 20. Serão aceitas como diligências para esclarecer ou complementar a instrução:

I - Pedido de audiência ou esclarecimentos por escrito à entidade;

II - Pedido de parecer técnico;

III - Realização de visita técnica nas áreas geridas pela entidade;

IV - Solicitação de informações sobre o funcionamento das unidades ao Poder Judiciário e Ministério Público;

V - Pedido de adequação de irregularidades.

§ 1º O prazo para conclusão do parecer ficará suspenso até a conclusão da diligência.

§ 2º O dirigente da entidade será notificado para, no prazo de trinta dias, oferecer resposta escrita, podendo juntar documentos e indicar as provas a produzir.

Art. 21. Concluídos os pareceres, a Secretaria Executiva encaminhará o processo à Diretoria Executiva do CEDCA, para inclusão em pauta de sessão plenária, nos termos do regimento.

Parágrafo único. O representante legal da entidade será convidado para a sessão plenária.

Art. 22. Iniciada a sessão, o relator do processo de inscrição fará a leitura do relatório.

Art. 23. Concluída a leitura, serão apresentadas as conclusões emitidas pelas Comissões Temáticas nos pareceres e os principais pontos para deliberação.